

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada:
SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
Governo do Estado da Bahia

Natureza jurídica:
Administração Direta

Exercício de 2016

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	6
1.1 Identificação.....	6
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	6
1.3 Informações gerais.....	7
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	15
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	15
3 ÁREA OPERACIONAL.....	21
3.1 Avaliação de resultados.....	21
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	44
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	44
4.2 Área patrimonial.....	48
5 ÁREA DE PESSOAL.....	51
6 CONTROLE INTERNO.....	52
7 CONTROLE EXTERNO.....	53

GA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SPM/BA - Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

CDDM – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

APG – Assessoria de Planejamento e Gestão

DAF – Diretoria de Administração e Finanças

CAT – Coordenação de Ação Temática

CPG – Coordenação de Planejamento e Gestão

ASCOM – Assessoria de Comunicação

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação



LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....
TABELA 2	Execução da despesa por unidade orçamentária.....
TABELA 3	Execução da despesa por função.....
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....
TABELA 7	Execução da despesa por unidade gestora.....
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....
TABELA 11	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....
TABELA 12	Convênios de captação
TABELA 13	Convênios de repasse.....
TABELA 14	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....
TABELA 15	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário
TABELA 16	Pessoal por natureza da vinculação.....
TABELA 17	Cargos comissionados.....
TABELA 18	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....

JA

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Finalidade e principais competências das unidades da UJ.....
QUADRO 2	Ações desenvolvidas por unidades informais.....
QUADRO 3	Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ.....
QUADRO 4	Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ.....
QUADRO 5	Evolução anual dos indicadores dos programas.....
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa.....
QUADRO 7	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa.....
QUADRO 8	Tomadas de contas de convênios de repasse.....
QUADRO 9	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....
QUADRO 10	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....
QUADRO 12	Movimentação de pessoal no exercício.....
QUADRO 13	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....
QUADRO 14	Acompanhamento das determinações/recomendações emitidas pelo TCE/BA.....
QUADRO 15	Outras auditorias realizadas.....

JP

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/sigla: Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM

Poder: 3 – Executivo

CNPJ: 13.763.132/0001-17

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Maria Olivia Santana

Período de gestão: 2016

Outros dirigentes:

- Chefia de Gabinete:
Karla Santos Ramos
- Assessoria de Planejamento e Gestão
Yolanda de Souza Checcucci
- Diretoria Administrativa e Financeira
Iracilda Silva Santos
 - ✓ Coordenação de Finanças
Irene Gomes Amorim
 - ✓ Coordenação Administrativa
Virginia Mª Miranda Duarte
 - ✓ Coordenação de Licitações
Dinaildes Neri Oliveira
 - ✓ Coordenação de Convênios
Ana Carla do Sacramento de Brito
- Coordenação de Articulação e Ações Temáticas:
Jucinalva Pinto Peruna
 - ✓ Coordenação de Prevenção e Enfretamento à Violência
Maria Alice M. Bittencourt
 - ✓ Coordenação de Autonomia
Ângela Cristina Virgens santos
- Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres:
Alexandro da Anunciação Reis



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 1 – Finalidade e principais competências das unidades da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
-----------------	------------	-------------------------

SA

1 Gabinete da Secretária	Prestar assistência à Titular da Pasta, em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.	Acompanhar a execução de programas e projetos em desenvolvimento na Secretaria de Políticas para as Mulheres; examinar e aprovar os termos dos Contratos de Gestão a serem firmados por esta Pasta, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o seu cumprimento; promover a integração entre as diversas unidades da Secretaria, visando a melhor coordenação dos trabalhos e a eficiência da Organização; coordenar ações sistêmicas de planejamento e gestão da Secretaria; monitorar, de forma sistemática, os resultados organizacionais, das unidades e do Órgão da Secretaria; promover a publicação de atos oficiais da Secretaria; coordenar as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria; desenvolver outras atividades que lhe forem conferidas ou delegadas.
2 Assessoria de Planejamento e Gestão	Promover, no âmbito setorial, em articulação com a Secretaria da Administração - SAEB e a Secretaria do Planejamento - SEPLAN, a gestão organizacional, do planejamento estratégico, do orçamento e de tecnologias da informação e comunicação - TIC, dos sistemas formalmente instituídos, com foco nos resultados institucionais.	I- por meio da Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC: promover e coordenar as ações de modernização atinentes a implantação de modelos institucionais, métodos, técnicas e instrumentos de gestão que visem ao aprimoramento das competências gerenciais e do desempenho organizacional e à melhoria continuada dos resultados da Secretaria, em estreita articulação com as demais unidades; elaborar o planejamento de TIC, bem como gerenciar sua execução, no âmbito da Secretaria, em conformidade com as normas e diretrizes definidas para a Administração Pública do Poder Executivo Estadual; elaborar e acompanhar a implantação de normas e padrões operacionais atinentes às ações de Gestão Organizacional e de TIC; disseminar, para as unidades da Secretaria, as Políticas de TIC e de Segurança da informação definidas para a Administração pública do Poder Executivo Estadual; desenvolver estudos e contribuir na formulação das diretrizes de Gestão Organizacional e de TIC, a serem implementadas no âmbito da Secretaria; implementar soluções de gestão e processos de parceria de gestão, no âmbito da Secretaria, observada a competência da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI II - por meio da Coordenação de Planejamento e Orçamento: Elaborar em articulação com as unidades internas o Plano Estratégico da Secretaria em consonância com o Plano Estratégico do Estado; Contribuir com a elaboração do Plano Plurianual e Orçamento Anual em articulação com as unidades internas, bem como coordenar a gestão orçamentária; Acompanhar as ações governamentais, consolidando as informações necessárias ao monitoramento dos resultados organizacionais no âmbito da secretaria; Contribuir para a avaliação das ações governamentais a cargo da Secretaria; prestar assessoramento às unidades da Secretaria na gestão orçamentária das ações financiadas com recursos de transferências voluntárias oriundas de convênio e contratos de repasses, bem como operações de crédito, em articulação com a SEPLAN e SEFAZ; Contribuir

JA

		para o desenvolvimento das atividades de captação pela Secretaria, de recursos oriundos de convênios e operações de créditos.
--	--	---

JA

3 Diretoria de Administração e Finanças	Executar as atividades de material, patrimônio, serviços, recursos humanos, administração financeira e de contabilidade.	I - por meio da Coordenação de Licitações: promover e acompanhar as licitações, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com a Coordenação de Licitação CCL - SAEB; II – por meio da Coordenação de Contratos e Convênios: executar as atividades de gerenciamento, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios sob sua responsabilidade, bem como manter registros atualizados de contratos e convênios, no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com as unidades gestoras; III - Por meio da coordenação Administrativa: executar as atividades de administração de material, patrimônio, serviços e recursos humanos, bem como as atividades de execução orçamentária e de serviços de suporte, infraestrutura e manutenção de TIC, no âmbito a Secretaria, em estreita articulação com a unidade central do Sistema Estadual de Administração; IV – por meio da Coordenação de Finanças: executar as atividades de administração financeira e de contabilidade, em estreita articulação com as unidades centrais do Sistema Financeiro e de Contabilidade do Estado.
4 Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas	Integrar as políticas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando ao combate à violência contra a mulher, à redução das desigualdades de gênero e à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.	Elaborar e desenvolver programas, projetos e ações para formação e capacitação do público interno e externo da Secretaria, em articulação com os órgãos competentes, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres; Consolidar uma metodologia participativa pautada no diálogo e na observância dos princípios da valorização da diversidade cultural, étnica, racial, geracional, de condição pessoal e de orientação sexual das mulheres; Promover e articular a participação da Secretaria no programa de formação e capacitação de servidoras/es desenvolvidos por diversas áreas e órgãos da administração pública estadual, que atuam em atendimento e apoio às mulheres, especialmente nas áreas de saúde e sexualidade, violência doméstica e sexual, turismo, dentre outras; Promover e apoiar projetos de caráter preventivo, educativo, de desenvolvimento pessoal e social, dentre outros, visando fortalecer a cidadania das mulheres e combater as discriminações e desigualdades de gênero; Promover, apoiar e articular programas de formação de servidoras/es públicas, visando contribuir para transformar conceitos e práticas discriminatórias; Estabelecer parcerias, convênios ou acordos de cooperação técnica ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas e privadas e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, para desenvolvimento de programas ou projetos que atendam à demanda da mão-de-obra feminina, com o objetivo de promover a autonomia sócio produtiva das mulheres; Promover campanhas, oficinas e palestras visando esclarecer a população feminina de baixa renda, preferencialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social,

JA

		violência doméstica sexual, sobre a necessidade e a importância da regularização documental, como instrumento do exercício pleno da cidadania ativa; Participar e apoiar ações em cumprimento à legislação pertinente aos direitos das mulheres, dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais; Participar e apoiar ações nos diversos âmbitos e esferas da Administração Pública Estadual, em especial na saúde, na educação, no desenvolvimento social, na reparação, na habitação, na justiça e nos Direitos Humanos, na economia e no trabalho, visando à afirmação dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades e discriminações; Articular parcerias e cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas a desenvolver ações e projetos de apoio aos serviços de atenção às mulheres; Desenvolver e aprofundar as parcerias com o Governo Federal, Estadual e Municipal, a sociedade civil e os movimentos sociais, visando contribuir para ampliar e melhorar a qualidade e humanização dos serviços de atendimento às mulheres, fortalecer a rede de cidadania e promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres; Apoiar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Promover atividades de sensibilização e capacitação, como palestras, oficinas, cursos e participações em feiras, na comunidade, em escolas, nas instituições sindicais, de ensino e religiosas, em grupos organizados de mulheres, nas unidades de saúde, dentre outras, sobre as questões referentes à violência contra a mulher e relações de gênero; Apoiar e divulgar ações, projetos e serviços inerentes à mulher; Identificar e publicizar as diversas causas que dificultam o rompimento da situação de violência contra as mulheres, promovendo o esclarecimento, a denúncia e a intervenção; Manter, em articulação com a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência, canais permanentes de relação com movimentos sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria; contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; Apoiar e realizar eventos, cursos, campanhas, feiras, seminários, encontros e outras atividades referentes ao movimento de mulheres; Desenvolver atividades que contribuam para o rompimento dos ciclos de violência, promovendo a autoestima e autonomia das mulheres.
--	--	---



5 Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres	6 Apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.	7 Viabilizar a produção, promover a seleção e aquisição de documentos, vídeos, livros e outros, referentes a saúde e a sexualidade, a violência doméstica e sexual, ao turismo dentre outros temas relacionados a mulher, procedendo a sua organização e disponibilização as mulheres; Sistematizar e manter acervo com informações e dados estatísticos sobre emprego e renda, etnia, saúde, escolaridade, violência e outras questões no que se refere à população feminina; Manter contatos permanentes com órgãos e entidades que desenvolvem ações ou produzem trabalhos científicos com enfoque em gênero, no sentido da obtenção de publicações de interesse da Secretaria; Disseminar informações sobre os serviços e produtos da Secretaria, a partir do subsídios das diversas unidades; Divulgar dados, indicadores e aneques produzidos no âmbito da coordenação, com a utilização de meios analógicos e digitais; Fornecer subsídios ao gabinete para definição e prioridades nos programas interinstitucionais para atuação da Secretaria; Planejar, coordenar e supervisionar, em parceria com a Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas, a execução de acordos, conversões de programas intercâmbio e cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, nas questões que atingem as mulheres, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos; Fornecer subsídios para proposição a outros órgãos da Administração Pública Estadual de atividades e programas relativos à mulher; Acompanhar em articulação com as bancadas femininas, a tramitação de proposições nas instâncias do Poder Legislativo, relacionadas com os direitos das mulheres; Promover as Conferências Territoriais e Estadual de Políticas Para as Mulheres, e parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher- CDDM, com a Sociedade Civil e com o Movimento Social de Mulheres; Exercer a supervisão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos planos, programas, projetos e atividades da Secretaria; Apoiar e acompanhar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher- CDDM; Acompanhar e monitorar a execução das ações que integram o Plano Plurianual e o Plano Estadual de Políticas Para as Mulheres; Divulgar dados, indicadores e análises produzidas, interna e externamente, referentes à execução de políticas para as mulheres.
8 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM.	9 Estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para	Formular diretrizes, visando à eliminação das discriminações que atinjam a mulher e promover a sua implementação no âmbito da Administração Direta e Indireta; elaborar estudos e propor o desenvolvimento de programas, projetos e atividades destinados à defesa dos direitos da mulher; assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração e execução de políticas que

JA

a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado

repercutam sobre os interesses e direitos da mulher; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para acompanhamento e avaliação dos programas federais desenvolvidos no Estado, bem como dos acordos internacionais e legislação pertinente, subscritos pelo Governo Brasileiro e voltados especificamente para a mulher; monitorar, junto aos órgãos competentes, o direito da mulher como direito humano, conforme normativa internacional; estimular, apoiar e desenvolver estudos, pesquisas e debates sobre a condição da mulher baiana, com vistas a corrigir e evitar distorções e discriminações; promover ações, visando à celebração de convênios com organismos públicos e entidades privadas, para pesquisas, publicações, projetos e eventos em torno da temática da mulher, garantindo o acesso do CDDM a todos os dados e aos resultados; instituir e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados estatísticos e científicos, jurisprudência e publicações pertinentes à defesa dos direitos da mulher; promover a edição de publicações sobre a atuação do CDDM e temáticas afins; comunicar aos órgãos próprios o descumprimento referente aos direitos da mulher de que tomar conhecimento; receber, examinar, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, as denúncias relativas às discriminações da mulher, para as providências cabíveis; incentivar e apoiar a criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher em todo o Estado e acompanhar suas atividades; promover intercâmbio com as organizações e instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, visando à implementação de políticas e programas do Conselho; estimular o desenvolvimento dos movimentos organizados de mulheres, mas sem interferir no conteúdo e orientação de suas ações; promover cursos, seminários e simpósios periódicos sobre assuntos de interesse da mulher, difundindo conhecimentos e colhendo sugestões para a atuação do Conselho; elaborar Plano de Ação das atividades do Conselho, submetendo-o à apreciação da Secretária de Políticas para as Mulheres; articular-se com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e demais órgãos e instituições congêneres, para fins de colaboração recíproca no cumprimento dos objetivos comuns; pesquisar sobre as formas de discriminação de gênero e os meios de combatê-las, propondo ao poder público medidas concretas que inibam a prática de qualquer conduta discriminatória contra a mulher; fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; propor a concessão de incentivos a atividades educacionais, esportivas, culturais e científicas da mulher, sob a forma de bolsas de estudo e de pesquisa, prêmios e outras modalidades; aplicar e difundir os princípios e normas da Convenção

JA

		Internacional para eliminação das discriminações contra a mulher e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, nos termos em que forem ratificadas pelo Governo Brasileiro; elaborar e aprovar seu Regimento Interno, inclusive suas alterações; exercer outras atividades correlatas.
--	--	--

Fonte: Regimento Interno

QUADRO 2 – Ações desenvolvidas por unidades informais

NÃO SE APLICA

Nome da unidade	Ações
1	2
3	4

Fonte:

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Através da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011, publicada no DOE de 05 de maio de 2011, que modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, foi criada a **Secretaria de Política para Mulheres – SPM**, esta Secretaria tem por finalidade planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres.

MISSÃO:

Elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças, com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, em todo o Estado da Bahia.

A Lei nº 13.470 de 30/12/2015, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE em 24/01/2015, "Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2016" nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei Nº 13.369 de 14/07/2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016, compreendendo: Orçamento Fiscal, Orçamento de Seguridade Social e Orçamento de Investimento.



O **Decreto Financeiro Nº 06** de 22/01/2016 foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE em 23/01/2016, que aprova a Programação da Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo, e seus órgãos, entidades e fundos, para o exercício 2016.

O Orçamento inicial foi publicado no Diário Oficial do Estado em 23/01/2016 no valor de **R\$9.162.000,00 (nove milhões cento e sessenta e dois mil reais)**, sendo que para Pessoal - R\$2.909.000,00 Custeio-R\$1.266.000,00, Finalística - R\$1.286.000,00 e Projetos - R\$3.701.000,00 e no decorrer do exercício foram elaboradas 186 (cento e oitenta e seis), "Propostas de Créditos" para ajustar e suplementar o Orçamento.

Durante o exercício de 2016 devido as Modificações Orçamentárias relacionadas anteriormente, ocorreram acréscimos no total de R\$7.335.299,00 finalizando o exercício com o Orçamento em **R\$16.497.299,00 (dezesseis milhões quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e noventa e nove reais)**.

- **Acréscimo com Recursos do Estado** F.0.100, 5.100 e 5.300 no valor de R\$1.721.375,00 que corresponde **18,78%** em relação ao Orçamento Inicial.

- **Acréscimo com Recursos Federais** F.0.131 e 0.331 referente a Convênios valor de R\$5.613.924,00 que corresponde **61,27%** em relação ao Orçamento Inicial.

Concluimos que o Orçamento, que é um instrumento de planejamento das ações governamentais foi encerrado com o valor de **R\$16.497.299,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e noventa e nove reais)** sendo a "execução" com **Recursos Estaduais 62,68 % e Recursos Federais 71,61 %**, totalizando a execução com o percentual de **65,92%**.

Obs.: Se não considerássemos a Fonte 0.124 no valor de R\$3.650.000,00 (três milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), que ficou "Contingenciado" durante todo o exercício a nossa execução seria de **84,65%**.



TABELA 1 – Execução da receita

Em R\$1,00

Fonte		Prevista	Atual	Realizada
Código	Descrição			
0.131.101361	TR VOL FEDERAL/DIR – 804840/2014	370.000,00	370.000,00	21.375,79
0.131.101.478	TR VOL FEDERAL/DIR – 778534 – 025/2013	0,00	200.000,00	213.443,89
Total		370.000,00	570.000,00	234.819,68

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial

TABELA 2 – Execução da despesa da UJ por unidade orçamentária

Em R\$1,00

Unidade orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição						
3.34.101	SPM	9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64	145.946,17
Total		9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64	145.946,17

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial

TABELA 3 – Execução da despesa por função

Em R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
10	Saúde	43.000,00	63.000,00	43.932,75	43.932,75	43.932,75
14	Direitos da Cidadania	9.119.000,00	13.477.404,00	7.871.616,23	7.362.426,28	7.254.736,54
28	Encargos Especiais	0,00	2.956.895,00	2.955.216,35	2.955.216,35	2.955.216,35
Total		9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial



TABELA 4 – Execução da despesa por programa

Em R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
		Inicial	Atual			
211	Mulher Cidadã	4.987.000,00	8.367.273,00	2.833.917,94	2.334.185,95	2.334.185,95
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	4.175.000,00	5.173.131,00	5.085.631,04	5.076.173,08	4.968.483,34
900	Operação Especial	0,00	2.956.895,00	2.955.216,35	2.955.216,35	2.955.216,35
Total		9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

Em R\$1,00

Categoria econômica/Grupo da despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição					
		Inicial	Atual			
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	2.909.000,00	3.172.000,00	3.118.407,59	3.118.407,59	3.057.472,64
3.3	Outras Despesas Correntes	5.928.000,00	12.480.610,00	7.336.297,07	6.827.107,12	6.780.352,33
4.4	Investimento	325.000,00	844.689,00	420.060,67	420.060,67	420.060,67
Total		9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial

JAT

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

Em R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
04	Contratação por Tempo Determinado	210.000,00	310.000,00	291.684,97	91.684,97	286.696,72
08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Milita	0,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.271.000,00	2.352.360,00	2.324.990,48	2.324.990,48	2.297.686,99
13	Obrigações Patronais	427.000,00	508.800,00	500.894,80	500.894,80	472.249,59
14	Diárias Civil	40.000,00	92.544,60	76.318,10	76.318,10	76.318,10
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	840,00	837,34	837,34	837,34
30	Material de Consumo	30.000,00	111.051,81	89.747,74	89.747,74	89.747,74
33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	237.085,75	221.337,76	156.991,34	156.991,34
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	85.000,00	1.067.700,90	572.051,53	572.051,53	572.051,53
37	Locação de Mão-de-Obra	500.000,00	591.100,00	590.635,71	590.635,71	552.580,92
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.069.000,00	6.376.508,77	1.796.676,92	1.351.833,39	1.343.133,39
41	Contribuições	43.000,00	813.542,00	796.561,43	796.561,43	796.561,43
42	Auxílios	0,00	12.834,00	12.834,00	12.834,00	12.834,00
46	Auxílio-Alimentação	60.000,00	84.840,00	84.839,80	84.839,80	84.839,80
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Auxílio-Transporte	60.000,00	64.525,00	64.524,24	64.524,24	64.524,24
52	Equipamento e Material Permanente	325.000,00	827.643,00	407.226,67	407.226,67	407.226,67
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	82.536,47	81.895,79	81.895,79	81.895,79
93	Indenizações e Restituições	0,00	2.961.011,70	2.959.333,05	2.959.333,05	2.959.333,06
Total		9.162.000,00	16.497.299,00	10.874.765,33	10.365.575,38	10.257.885,64

Fonte: FG Web - Fiplan Gerencial

TABELA 7 – Execução da despesa por unidade gestora

Em R\$1,00

Unidade gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações recebidas
Código	Descrição				
0001	Diretoria de Administração e Finanças da SPM - Executora	10.728.819,16	10.229.087,17	10.121.397,43	0,00
Total		10.728.819,16	10.229.087,17	10.121.397,43	0,00

Fonte: FG Web- Fiplan Gerencial

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

Em R\$1,00

Unidade gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Nome	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
0001	DAF / SPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Total					

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.

⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.

⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3 ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados

AÇÃO: 5544 - Apoio Técnico e Financeiro a Projeto de Inovação na Área de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Mineração.

Trata-se de uma ação que visa identificar iniciativas e apoiar projetos conduzidos por mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e mineração. Com efeito, a inserção das mulheres no sistema de ciência, tecnologia e inovação carece de mais incentivos do poder público e dos setores privados da economia baiana. Nessa linha, a SPM tem buscado o estabelecimento de parceria com as universidades públicas tendo em vista aproveitar o aumento da presença feminina no ensino superior, especialmente nas áreas das ciências exatas. A estratégia compreende a realização de seminários, workshop e apoio técnico e financeiro a projetos novos e maduros. Não obstante o contingenciamento orçamentário, nos termos do Decreto nº 16.593, de 18 de fevereiro do corrente ano, a SPM iniciou a construção do Projeto do Centro Vocacional Tecnológico para as Mulheres com vistas à profissionalização, aumento da produtividade e da renda de empreendedoras de comunidades quilombolas, indígenas e trabalhadoras da agricultura familiar e mulheres urbanas.

Projeto Mulheres nas Ciências: consiste numa proposta de ações para o fomento, inclusão e apoio de mulheres e jovens mulheres em diferentes campos das ciências. A proposta tem como base o enfrentamento do sexismo nos processos educativos e no mercado de trabalho que barram a entrada, permanência e ascensão de mulheres em carreiras científicas.

A ação que visa o reconhecimento, por meio de premiação, do trabalho de excelência realizado por mulheres pesquisadoras e cientistas baianas está em andamento. Assim, foi assinado termo de cooperação técnica entre a SECTI, a SPM e a FAPESB, além da construção do edital para a premiação que tem lançamento previsto para dezembro/2016.

AÇÃO: 4689 - Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

A Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é uma das principais ações da SPM. O projeto faz parte do Programa **“Mulher, Viver sem Violência”**, lançado em 2013, através de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo da Bahia, e integra as ações de implementação do Pacto Nacional pelo

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Voltado exclusivamente para mulheres de comunidades rurais, o projeto das Unidades Móveis leva serviços de acolhimento, apoio psicológico, atendimentos jurídico e social às mulheres, com uma equipe capacitada para encaminhar as demandas à rede referenciada local, já que a ação é desenvolvida em parceria com um conjunto de órgãos e equipamentos públicos.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia é responsável pela coordenação das atividades, em articulação com o sistema de Justiça, as Prefeituras Municipais, os movimentos de luta pela terra e as organizações da sociedade civil, na busca para promover a interação efetiva dos diversos serviços de proteção à mulher e prestar orientação adequada e humanizada àquelas vítimas de violência, visando fomentar e consolidar as medidas previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06).

Em 2016 a Unidade Móvel visitou 23 municípios em 8 territórios de identidade, totalizando 2.425 mulheres beneficiadas, sendo 2.136 sensibilizadas, 289 vítimas de violência atendidas individualmente. Foram capacitadas 538 agentes da rede de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. No Território da Região Metropolitana de Salvador foram visitados os municípios de Mata de São João, Dias D'Ávila, Pojuca, Lauro de Freitas, Simões Filho e São Sebastião do Passé. Nos Territórios do Sisal, Litoral Norte e Recôncavo foram visitados os municípios de Sátiro Dias, Teofilândia, Tucano, Saubara, Cruz das Almas e Maragogipe. Nos Territórios do Litoral Sul e do Baixo Sul foram visitados os municípios de Ibirapitanga, Itacaré, Ubaitaba, Valença, Gandu, Presidente Tancredo Neves. Nos territórios Extremo Sul e Costa do Descobrimento foram visitados os municípios de Alcobaça, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Eunápolis e Porto Seguro.

AÇÃO: 5549 – Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência.

Em cumprimento ao Convênio Federal nº 025/2013-SPM/PR foi realizada no mês de abril de 2016 a capacitação da equipe técnica que iria atuar no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município de Itaberaba que foi inaugurado no dia 02 de junho do corrente ano. No dia 20 de Junho foi inaugurado o Centro de Referência de Atendimento à Violência contra a Mulher do Município de Camacan.

Com recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza – FUNCEP foram

JA

adquiridos os equipamentos para implantação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município de São Francisco do Conde. No dia 21 de junho foi assinado o Termo de Cooperação entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Município acima referido; sendo que a inauguração do serviço ocorreu no dia 27 de outubro de 2016.

Os equipamentos para a implantação do Centro de Referência do Município de Jacobina, fruto do Convênio Federal nº 113/2014, foram adquiridos. Em novembro de 2016, houve uma reunião com o Gestor Municipal para ajustar os detalhes da implantação do serviço.

AÇÃO: 5550 - Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

O projeto Caravana Cravos e Rosas na Paz! Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher tem como objetivo sensibilizar a população em relação à temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e fortalecer a rede especializada de atendimento local. Cerca de 30 municípios baianos serão beneficiados, inicialmente.

A ação conta com a parceria do Instituto Avon, e apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM).

Camaçari foi a primeira cidade baiana a receber o projeto. A programação aconteceu na Escola Professor Luís Rogério de Souza, e contou com as seguintes ações e atividades: fortalecimento do Comitê Municipal de Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher; reafirmação do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; apresentação do pré-diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher do município; duas oficinas de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina de fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina sobre a Lei Maria da Penha para Policiais e Bombeiros; uma roda de diálogo com o Conselho de Direitos da Mulher de Camaçari; oferecimento de serviços de saúde como testes de HIV/AIDS; e uma intervenção teatral. Por fim, em 07 de dezembro a Caravana foi realizada na cidade de Porto Seguro.

Meta Produto 6 – Implementar política de ações educativas sobre direitos das mulheres e prevenção à violência de gênero (Programa 212 – Educar para Transformar)

A Campanha **Quem Ama Abraça – fazendo escola** está focada na temática de violência de gênero e disponibiliza aos professores um manual rico em informações e sugestões para abordagem do tema. Para os estudantes do 2º ciclo do ensino



fundamental (é em torno da faixa etária que lhe é correspondente que se iniciam relações afetivas e sexuais), há um Gibi, com conteúdo atraente e contextualizado, sobre as diversas formas de violência contra o sexo feminino. A Campanha está sendo implementada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Tem sido implementada por meio de duas ou três visitas semanais da equipe técnica (até duas profissionais da Secretária envolvidas) à escolas da rede estadual. Nessa ocasião, a Campanha é apresentada a professoras e professores, destacando seus objetivos e principais conteúdos, após o que é aberto um espaço para esclarecimentos e trocas. Em paralelo, é realizada uma roda de conversa com estudantes, precedida de material áudio visual, incluindo os clips que integram o material da Campanha. Até 22 de novembro de 2016, foram visitadas 46 escolas; alcançando 350 professores e professoras e 2.192 alunos e alunas.

AÇÃO: 5553 - Capacitação Profissional de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social.

Execução do Convênio 780599/2012 (Projeto Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais). O objetivo do projeto é a realização de cursos de capacitação sobre a temática da violência contra as mulheres, com o intuito de habilitar organizações da sociedade civil e instituições públicas que compõe a Rede de Prevenção e Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, beneficiando diretamente 900 pessoas, dividido em quatro etapas: 1) curso de Formação/capacitação de servidoras/es públicas/os municipais e operadores do direito numa perspectiva de ampliação do conhecimento relacionado às causas e consequências do Tráfico de Mulheres, Exploração de Gênero no Desenvolvimento do Turismo, Migração Feminina, Leis e Convenções internacionais criadas pelo Poder Público e por organismos internacionais; 2) curso de Formação/capacitação em Direitos humanos e Cidadania com as internas das unidades prisionais e egressas do sistema prisional; 3) curso de Formação/capacitação de grupos de mulheres da sociedade civil no debate sobre a impunidade e a violência doméstica, nos vinte sete territórios de identidade, integrantes de organizações de trabalhadoras rurais; e 4) elaborar, produzir e distribuir cartilhas/manuais sobre aplicabilidade da Lei Maria da Penha e garantia dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de violência. Resumo das atividades da etapa 1: Em Porto Seguro a

JP

capacitação ocorreu no período de 07 a 10/12/2015, com participação de 54 mulheres, que cumpriram às 30h do curso; Em Salvador a capacitação ocorreu no período de 25 a 28/07/2016, com participação de 50 mulheres, que cumpriram às 30h do curso;

Em Valença a capacitação ocorreu no período de 01 a 04/08/2016, com participação de 60 mulheres, que cumpriram às 30h do curso; Em Prado a capacitação ocorreu no período de 04 a 07/10/2016, com participação de 35 mulheres, que cumpriram às 30h do curso. Ainda falta realizar a capacitação em Mata de São João e Teixeira de Freitas. Nestas duas cidades, em razão da mudança dos gestores municipais, os cursos só poderão ser realizados a partir de fevereiro de 2017. Na etapa 2 estão previstas formação de internas provisórias em três unidades prisionais. Nesse sentido, a partir da parceria com a SEAP e também com a Faculdade de Direito da Universidade Jorge Amado, a Secretaria cumpriu 100% da meta prevista. Isto é, foram realizadas formações e atendimentos nos Complexos Penais Femininos em Salvador, Feira de Santana e Teixeira de Freitas.

Em Salvador a formação e o atendimento ocorreram no período de 07 a 11/03/2016 e 14 a 20/04/2016, com participação de 120 internas, que cumpriram às 75h de oficinas e atendimentos; em Feira de Santana a formação ocorreu no período de 13 a 22/06/2016, com participação de 35 internas que cumpriram às 32h de oficinas e atendimentos; e em Teixeira de Freitas a formação ocorreu no período de 15 a 24/08/2016, com participação de 30 internas, que cumpriram às 32h de oficinas e atendimentos.

Na etapa 3 estão previstas formação em seis cidades. Trata-se da etapa mais complexa visto que envolve um público muito diversificado e localizado em municípios distantes de Salvador. Além de mobilizar e sensibilizar os órgãos públicos é preciso localizar e articular a participação da sociedade civil, especialmente as trabalhadoras rurais. Não obstante as dificuldades de articulação com o público alvo da etapa foi possível realizar a capacitação em Teixeira de Freitas, no período de 10 a 13/10/2016, com o cumprimento de 30h e participação de 56 pessoas. Foram envolvidas as seguintes instituições: Associação de Trabalhadoras Rurais, Movimento Sem Terra, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Centro Referência Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho de Direitos das Mulheres, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Escolas Estaduais, Agentes comunitários de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Atendimento à População de Rua, Secretaria Municipal de Agricultura, Unidade de Saúde da Família, Secretaria Municipal de Educação, Conjunto Penal de Teixeira de



Freitas, Secretaria Municipal de Educação.

A etapa 4 será cumprida em 2017. Em 2016 o convênio atendeu cerca de 600 mulheres, entre as que cumpriram totalmente a carga horária das atividades e aquela que não concluíram, além da participação de 220 pessoas durante o lançamento do projeto.

AÇÃO: 5557- Apoio Técnico-Financeiro na Implementação de Projetos Produtivos com Inclusão Socioeconômica de Mulheres.

O **Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre**, visa à implementação da ostreicultura em sistemas familiares nas comunidades de Capanema e Baixão do Guai, localizadas na Reserva Extrativista - RESEX Baía de Iguape, Maragogipe - Bahia. O objetivo é gerar uma alternativa econômica viável para as famílias de marisqueiras da região, as quais são afetadas pela atual escassez dos estoques de ostras e lambretas no estuário da reserva, e contribuindo para a autonomia financeira destas mulheres que, em sua maioria, são chefes das famílias. Por outro lado, ao reduzir a mariscagem em ambiente livre, o ecossistema terá chance de recuperar os estoques naturais destes mariscos. Logo, este projeto possui impactos sociais e ambientais. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia em parceria com Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a Fundação Vovó do Mangue, a Rare Brasil e a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/ICMBio.

O **Projeto Lavadeiras Ampliando Horizontes** é outra iniciativa da SPM-BA, em parceria com a SJDHDS e a SETRE, através da Superintendência de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária (CESOL), e tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e melhor inserção social das lavadeiras, que compõem grupo historicamente vulnerável.

Dentre as lavanderias contempladas com o projeto: a Aristides Novis (Dique do Tororó); a Cardeal da Silva (Cosme de Farias); a Julieta Calmon (Boca do Rio); a Nossa Senhora de Fátima (Alto das Pombas); e a Santa Luzia (Engenho Velho de Brotas).

O **Projeto "Casas de Farinha Móveis"** tem origem em convênio firmado entre as Secretarias Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia e a de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, através de Emenda Parlamentar. Com objetivo de atender as mulheres da zona rural do estado da Bahia, o projeto visa promover a

JA

autonomia econômica direta destas mulheres, através da cidadania e qualificação, oferecendo oficinas de formação. Desta forma, são disponibilizadas micro indústrias integradas em um caminhão para fabricação de farinha. Entre dois 2015/2016 foram contempladas as seguintes cidades: Boa Vista do Tupim: Assentamentos Aliança, Grotão e Che Guevara; Camaçari: Quilombo Açú da Capivara, **Jacobina**: Comunidade Queimada Velha; **Pau Brasil**: Aldeias Água Vermelha e Caramuru; **Sento Sé**: Comunidades Retiro de Cima, Retiro de Baixo e Trombador; **Teixeira de Freitas/Prado**: Assentamento Fábio Henrique; **Vitória da Conquista**: Comunidade de Simão.

AÇÃO: 5558 - Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher.

O Convênio nº: 763486/2011 - INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – PROJETO MARGARIDAS firmado entre o **Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA e o Governo do Estado**, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM cujo objetivo é promover a cidadania, autonomia econômica e social e a prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo.

O projeto desenvolve ações de promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras familiar, quilombola, assentada, artesãs, doceiras, dentre outros) nos 27 territórios de identidade do Estado, ampliando o universo de possibilidades relacionado a conhecimentos técnicos, a melhoria de produtividade, a geração de renda e, ainda da qualidade de vida pessoal, familiar e profissional.

META 01 - Apoiar a emissão de Documentação da Trabalhadora Rural nos 27 Territórios de Identidade. Capacitação de 21.060 mulheres rurais, através de 162 Rodas de Dialogo.

São realizados treinamentos sobre - Prevenção e enfrentamento a violência, importância da emissão dos documentos pessoais, fiscais e previdenciários, Políticas Públicas, Economia Feminista, Associativismo e Cooperativismo. A capacitação prevê o benefício para 21.060 mulheres rurais, através da realização de 162 Rodas de Diálogo durante a execução do projeto. Através de 149 Rodas de Diálogo possibilitaram a capacitação de 12.184 mulheres trabalhadoras rurais, entre os anos de 2012 a 2016. De março á setembro deste ano, o projeto capacitou 3.123.

META 2 – Constituir 27 Comitês de Mulheres, 1 em cada um dos 27 Territórios de



Identidade, articulando uma rede de mulheres e desenvolvendo capacitações.

Constituição/fortalecimento de Comitês tem o objetivo de contribuir para melhor gestão participativa dos grupos produtivos formais e informais liderados por mulheres. No final do mês de fevereiro deste ano, foi iniciada a atividade de Constituição de Comitês com prazo para finalização até 11.07.16. A atividade foi realizadas no total em 8 Comitês. Três territórios de identidade concluíram a atividade de constituição de comitês, dentre eles, Vale do Jequiriçá, Costa do Descobrimento e Itaparica, enviando documentos comprobatórios da constituição. Cinco foram os territórios de identidade que concluíram a atividade com base no fortalecimento dos comitês, dentre eles Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente, Litoral Sul, Piemonte Norte do Itapicuru, Sudoeste Baiano.

META 3 - Promover a inclusão produtiva dos grupos produtivos formais e informais de organizações de mulheres.

As Feiras Territoriais Feministas possibilitam a comercialização e divulgação entre os diferentes grupos e públicos dos diversos municípios do território. A 1ª Feira Territorial Feminista foi realizada na cidade de Lençóis no Território de Identidade Chapada Diamantina no período de 21 a 23 de maio de 2016.

No mês de dezembro de 2016 estão programadas a realização de 03 Feiras Feministas. A primeira acontece no Território de Identidade Costa do Descobrimento, no município de Porto Seguro nas datas (6 e 7/12), no Baixo Sul na cidade de Valença e Paulo Afonso no Território de Identidade de Itaparica, ambas com datas a definir.

Execução do Convênio 770559/2012 (Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e Ampliando as Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia). O objetivo do projeto é Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, dividido em cinco etapas:

Etapa – 1.1- Planejamento e formação da equipe de servidoras (es) da SPM/BA, incluindo, gestora e coordenadoras do órgão, sobre a temática.

Etapa 1.2 - Ações de Comunicação e Informação

Etapa 1.3 - Seminários técnicos nos 27 territórios de identidade

Etapa 1.4 - Aquisição de equipamentos para os centros de referências já instalados e/ou em construção

Etapa 1.5 - Visitas técnicas para avaliação, supervisão e fiscalização das ações e conclusão do relatório.



Resumo das atividades realizadas em 2016:

Etapas 1: Visa formar a equipe acerca de Gênero, Cultura do Patriarcado, Raça/Etnia, Políticas Públicas para as Mulheres e, sobretudo, sobre o fenômeno da Violência sexista, buscando alinhar os conceitos e nivelar o conhecimento, objetivando uma *práxis* resultante de uma teoria apreendida pela equipe. A capacitação ocorreu em dois momentos. O primeiro foi composto por seis encontros, o segundo, quatro encontros. O primeiro encontro foi realizado em 2015, em 2016 foi realizado o segundo encontro, com a participação de 20 colaboradores, onde teve a presença dos colaboradores em sentido amplo, que não lidam diretamente com a temática no cotidiano de suas atividades no órgão, mas suas atividades contribuem igualmente para o bom funcionamento do órgão. Totalizando 5 encontros, cada um com quatro horas, sendo um desses encontros a visitas técnicas ao Centro de Referência Loretta Valadares.

Etapas 2: Diagramação e impressão de material, tais como folders, panfletos, banners, cartazes e spots utilizados para informar e formar gestores (as), grupos e instituições afins nas visitas aos 27 territórios de identidade, estimulando a participação dos gestores e gestoras públicas, da sociedade civil, com ampla divulgação das ações, informação à sociedade, estimulando e ampliando o acesso das mulheres nas políticas públicas em vigência no Estado e no Brasil. Todo material produzido serão distribuídos nas reuniões, encontros e seminários realizados pela SPM/Ba para apresentação, divulgação e capacitação das organizações de mulheres, gestoras e sociedade em geral com a temática Central da Prevenção do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2016 parte do material foi impresso e distribuído, com os demais previstos para 2017.

AÇÃO: 4675 - Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) foi criado junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. São membros titulares do Conselho: Secretária de Políticas para as Mulheres; 06 (seis) servidoras estaduais, representantes das seguintes Secretarias: Promoção da Igualdade Racial; Educação; Saúde; Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Segurança Pública; e 12 (doze) representantes da sociedade civil, sendo: 05 (cinco) membros de organizações de mulheres, legalmente constituídas; 02 (duas) de notória atuação na

JA

luta pela defesa dos direitos da mulher; 01 (uma) da comunidade acadêmica vinculada ao estudo da condição feminina; 01 (uma) das trabalhadoras rurais; e) 01 (uma) das trabalhadoras urbanas; 01 (uma) das mulheres negras; e 01 (uma) indígena. O CDDM tem a finalidade de estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem eliminar a discriminação às mulheres, garantindo condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado. Trata-se de espaço importante de participação e controle social e que colabora para a efetiva capilaridade da política no Estado. As reuniões do Conselho ocorrem mensalmente em Salvador. Em 2016 o Conselho definiu as seguintes ações prioritárias: 1) realização das reuniões ordinárias 2) participação das delegadas da Bahia na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília 3) capacitação das conselheiras municipais de políticas para as mulheres 4) realização do encontro estadual de conselheiras municipais de políticas para as mulheres 5) criação de 10 novos conselhos de políticas para as mulheres Os recursos destinados ao CDDM destinam-se ao pagamento de diárias e passagens das conselheiras, tendo em vista as reuniões ordinárias, visitas aos municípios com conselhos municipais instalados e promoção das atividades do Conselho. Em 2016 ocorreram 07(sete) reuniões ordinárias, e participação das delegadas da Bahia na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, no mês de maio.

AÇÃO: 5824 - Realização de Evento de Promoção dos Direitos da Mulher.

Em 2016 a SPM realizou cinco projetos de promoção dos direitos da mulher, além de garantir a participação de 157 delegadas baianas na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília.

O projeto **"Fala Menina!"** é voltado para jovens negras (os), e tem como objetivo debater temáticas atuais, que estejam relacionadas ao empoderamento feminino, a partir da visão e ideias da juventude. A primeira edição aconteceu em julho de 2016 e teve como tema a cultura do estupro. Contou com a participação da jovem atriz, cantora, dançarina e vocalista do grupo "Dream Team do Passinho", Lellêzinha; da estudante e fundadora do Projeto Desabafo Social, considerada uma das mulheres mais inspiradoras do ano de 2015 pela Think Olga, Monique Evelle; e da Diretora da União dos Estudantes da Bahia, Elis Regina Sodré.

Em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e

JA

Caribenha, a SPM e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), realizaram atividades conjuntas durante a programação do Julho das Pretas. Foram realizadas mobilizações, debates, seminários, encontros de formação, oficinas, rodas de diálogos e caminhadas, que unem esforços para tratar da garantia de direitos e da construção de políticas públicas para as mulheres negras.

O **projeto Mulher com a Palavra** é uma realização da SPM-BA com a Maré Produções Culturais, com patrocínio da Bahiagás e apoio da Secretaria de Cultura da Bahia, através do TCA e da Fundação Cultural do Estado da Bahia, e do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, através da TVE e da Rádio Educadora FM. Em 2016 foram realizadas quatro edições com um público superior a 4.500 pessoas e participação de Elza Soares, Malu Fontes, Márcia Yuri, Tereza Cruvinel, Zélia Ducan, Maíra Azevedo, Preta Gil, MC Carol, Elisa Lucinda e Rita Batista. O principal objetivo do evento é discutir o empoderamento feminino através da arte, trazendo convidadas especiais a cada edição ao palco do Teatro Castro Alves.

Outubro Rosa: O mês de outubro é conhecido internacionalmente como o mês de conscientização e estímulo ao diagnóstico e prevenção do câncer de mama. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia realiza anualmente uma série de ações com intuito de fortalecer o movimento internacional.

Através de parceria com a Secretaria da Saúde da Bahia, a SPM realiza as atividades do **Outubro Rosa** com a oferta de serviço de mamografias e acompanhamento de casos diagnosticados em todo estado. Em 2016 foram realizadas mais de 15 mil mamografias em mulheres entre 50 e 69 anos. Além de ofertar exames para o público-alvo, a agenda do Outubro Rosa, na Bahia, contou com uma campanha educativa que envolveu palestras e outras mobilizações.

Em 2016 a **Campanha “Vá na moral ou vai se dar mal”** teve a parceria do Instituto Avon e de diversas secretarias e órgãos estaduais. Mais uma vez o projeto foi apoiado por diversos blocos, camarotes, artistas, foliões. Na segunda edição, também ganhou uma madrinha, Maria da Penha, em homenagem ao ano em que a Lei completa 10 anos. Ela marcou presença no lançamento oficial. Foliões e turistas que desembarcaram no aeroporto, porto, ferry-boat e rodoviária de Salvador foram recepcionados e receberam orientações sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres durante a festa. Foi realizada ação de conscientização através da distribuição de material informativo, apresentando os tipos de violência mais comuns durante o carnaval, e com informações da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Os

JFF

carnavais dos bairros de Plataforma e do Nordeste de Amaralina também foram contemplados com o projeto. Cidades do interior da Bahia, como Ilhéus, Vitória da Conquista e Porto Seguro aderiram à campanha. Além da vertente da conscientização dos foliões e turistas, o projeto teve como foco promover a celeridade do atendimento prestado às mulheres vítimas de violência durante o carnaval. Em todos os postos, policiais mulheres estiveram presentes para atender e acolher as vítimas. Os policiais que estiveram em atividade, também passaram por um processo de capacitação para tornar o atendimento ainda mais humanizado. A DEAM de Brotas, contou em seu plantão durante o carnaval, com reforço de profissionais que atuam nas Unidades Móveis, para melhor recepcionar e orientar as vítimas.

Lançamento do Documentário **Precisamos falar com os homens? Uma Jornada pela Igualdade de Gênero** foi realizado no dia 1º de novembro no Cinemark do Salvador Shopping. Após a exibição do Documentário foi promovida uma mesa redonda com a presença da Secretária de Políticas para as Mulheres, da Representante da ONU Mulheres no Brasil, da Gerente de Programas da ONU Mulheres, da Representante do Instituto Odara, do Pesquisador em Gênero e Masculinidades do Instituto PAPAÍ e do sociólogo e pesquisador dos marcadores sociais da diferença.

QUADRO 3 – Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ

Programa	
Código	Descrição
119	Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres
120	Autonomia das Mulheres

Fonte: FG Web Fiplan Gerencial

QUADRO 4 – Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ

Programa	
Código	Descrição
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo
900	Operação Especial

JA

QUADRO 5 – Evolução anual dos indicadores dos programas

Indicador	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
				Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Programa: 211 Mulher Cidadã											
Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à ATER ¹	Unidade	0,00	2015	-----	Não Apurado	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Número de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano. ²	Unidade	1.800	2014	-----	Não Apurado	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Número de empreendimentos dirigidos por mulheres apoiados ³	Unidade	0,00	2015	14	14	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Número de organizações e órgãos de políticas para mulheres apoiados	Unidade	0,00	2015	48	48	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: CPG E CAT/SPM

NOTA EXPLICATIVA:

1. Indicador será reformulado em 2017, a partir de ajuste com a SEPLAN e SDR.
2. Indicador será reformulado, conforme diálogo com a SEPLAN e MP.

CPA

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa

Programa: 211- Mulher Cidadã

Compromisso: 1- Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Meta: 1- Realizar ações de oportunidade de negócios em ciência, tecnologia e inovação, com foco no público feminino.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	87	UN	0,0	0,0	20	-----	47	-----	87	-----
Total	87	UN	0,0	0,0	20	-----	47	-----	87	-----

Meta: 2- Apoiar projetos com o protagonismo das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	220	UN	0	0	70	-----	140	-----	220	-----
Total	220	UN	0	0	70	-----	140	-----	220	-----

Compromisso: 2- Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência.

Meta: 1- Realizar em territórios ações de assistência à mulher e prevenção à violência contra a mulher.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Território de identidade: Região¹	27	UN	0,0	0,0	27	-----	27	-----	27	-----
Total	27	UN	0,0	0,0	27	-----	27	-----	27	-----

Meta: 2- Assegurar unidades fixas para atendimento de mulheres em situação de violência.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	2	UN	0,0	0,0	2	-----	2	-----	2	-----

Total		2	UM	0,0	0,0	2	-----	2	-----	2	-----
Compromisso: 3- Promover a autonomia social e econômica da mulher											
Meta: 1- Assistir mulheres com ações de promoção da autonomia social e econômica											
Regionalização		Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
Território de identidade: Região¹		24.000	UM	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
				5.508	30²	11.683	-----	17.849	-----	24.000	-----
Total		24.000	UM	5.508	30	11.683	-----	17.849	-----	24.000	-----
Meta: 2- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres trabalhadoras rurais											
Regionalização		Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
Estado		1.000	UM	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
				0,0	0,0	190	-----	460	-----	1.000	-----
Total		1.000	UM	0,0	0,0	190	-----	460	-----	1.000	-----
Meta: 3- Fortalecer empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar, compostos por mulheres.											
Regionalização		Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
Estado		120	UM	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
				0,0	0,0	40	-----	80	-----	120	-----
Total		120	UM	0,0	0,0	40	-----	80	-----	120	-----
Compromisso: 4- Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas											
Meta: 1- Assegurar o funcionamento regular dos espaços institucionais de diálogos e de participação social.											
Regionalização		Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
Estado		5	UM	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
				1	1	2	-----	4	-----	5	-----

JP

Total		5	UM	1	1	2	4	5	-----
Meta: 2- Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres.									
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)
	1	UM	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto
			0,0	0,0	0,0	-----	0,0	-----	1
Total		1	UN	0,0	0,0	0,0	0,0	-----	1
Meta: 4- Realizar Conferência Estadual de Políticas para Mulheres.									
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)
Estado	1	UN	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto
			0,0	0,0	0,0	-----	0,0	-----	1
Total		1	UN	0,0	0,0	0,0	0,0	-----	1
Meta: 5- Apoiar técnica e financeiramente a criação de conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios.									
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016) ⁹		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)
Estado	12	UN	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto
			3	0,0	6	-----	9	-----	12
Total		12	UN	3	0,0	6	-----	9	-----
Meta: 6- Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções									
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)
Estado	1	UN	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto
			0,0	0,0	0,0	-----	0,0	-----	12
Total		1	UN	0,0	0,0	0,0	0,0	-----	12

SP

Meta: 7- Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres(4).											
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	189	UN	5	5	99	-----	144	-----	189	-----	
Total	189	UN	5	5	99	-----	144	-----	189	-----	
Compromisso: 5- Promover a inserção no mundo do trabalho de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social.											
Meta: 1- Qualificar jovens mulheres visando a inserção no mundo do trabalho.											
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	510	UN	0,0	0,0	210	-----	510	-----	510	-----	
Total	510	UN	0,0	0,0	210	-----	510	-----	510	-----	
Compromisso: 6- Promover segurança e saúde ocupacional para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras.											
Meta: 2- Realizar encontros regionais de fortalecimento da autonomia para o empoderamento das pescadoras e marisqueiras.											
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	4	UN	1	1	1	-----	1	-----	4	-----	
Total	4	UN	1	1	1	-----	1	-----	4	-----	
Meta: 3- Distribuir Kits de Equipamento de Proteção Individual (EPI)											
Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016) (5)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	
Estado	1.590	UN	390	0,0	790	-----	1.190	-----	1.590	-----	
Total	1.590	UN	390	0,0	790	-----	1.190	-----	1.590	-----	

UP

Meta: 4- Capacitar mulheres pescadoras e marisqueiras, com treinamento na área de saúde e segurança, buscando minimizar os riscos a que estão expostas em suas atividades.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	57	UN	0,0	0,0	19	-----	38	-----	57	-----
Total	57	UN	0,0	0,0	19	-----	38	-----	57	-----

Compromisso: 7- Articular ações de assistência social para promoção da diversidade, dos direitos de mulheres vítimas de violência e outras situações de vulnerabilidade social.

Meta: 1- Acolher mulheres vítimas de violência e outras situações de vulnerabilidade social.

Regionalização	Quantidade	Unidade de medida	1º ano (2016) (6)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)	
			Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido	Previsto	Aferido
Estado	20	UN	20	67	20	-----	20	-----	20	-----
Total	20	UN	1	67	20	-----	20	-----	20	-----

Fonte: FIPLAN, CAT e CPG/SPM.

Nota Explicativa:

1. A meta refere-se aos 27 Territórios de Identidades.
2. A razão do contingenciamento não foi possível cumprir a meta. De modo que apenas 30 mulheres foram capacitadas e assistidas em Maragogipe (Projeto Marisqueiras com Orgulho, Quilombolas para Sempre).
3. Não houve evolução da meta em razão de contingenciamento orçamentário, nos termos do Decreto nº 16.593/2016.
4. Esta ação está contingenciada, conforme DECRETO Nº 16.593 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016. Ressalta-se, entretanto, que a SPM foi autorizada a empenhar parte do recurso para pagamento dos dispêndios da Campanha Vá na Moral, executada durante o carnaval, apoio para as delegadas da Bahia participarem da IV CNPM. Destaque-se ainda a realização de quatro edições do Projeto Mulher com a Palavra, iniciativa que tem o apoio da BahiaGás.
5. O comportamento da meta está abaixo do esperado e a previsão da distribuição destes kits seguirá ao diagnóstico das unidades familiares de produção que foram identificadas através das atividades de assistência técnica às marisqueiras ocorridas no ano de 2016. Em 2017 acontecerá o início da entrega dos equipamentos de proteção individual, com previsão de cumprimento da meta pluriannual até 2019.
6. O serviço de proteção integral à mulher em situação de violência doméstica e seus dependentes ofertado pela Casa Abrigo, atendendo mulheres acima dos dezesseis anos sem limite definido para abrigamento - crianças até 12 anos de idade incompletos, com capacidade para 20 pessoas abrigadas. Foram atendidas 67 mulheres, superando a meta estabelecida para o ano de 2016, não comprometendo o orçamento do período total do PPA 2016 - 2019, uma vez que há planejamento orçamentário de fonte federal para este fim.

SA

QUADRO 7 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa

Unidade Orçamentária (UO): SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES									
Programa: 211 MULHER CIDADÃ									
Compromisso: 01 Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.									
Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO									
Iniciativa: 03 Apoiar técnica e financeiramente projetos de inovação elaborados por mulheres nas áreas de ciências, tecnologias, engenharias e mineração									
Apoio Técnico e Financeiro a Projeto de Inovação na Área de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Mineração.	Projeto de inovação apoiado	UN	27	27	0,0	250.000	250.000	0,00	0,00
Total		UN	27	27	0,0	250.000	250.000	0,00	0,00
Compromisso: 02 Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência.									
Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO									
Iniciativa: 01 Realizar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres do campo e das águas através das unidades móveis.									
4689 Funcionamento de Unidade Móvel de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.	1772 Unidade móvel de atendimento em funcionamento	UN	21	21	8	1.226.000	1.226.000	686.267,27	631.647,4

Total		UN	21	21	8	1.226.000	1.226.000	686.267,27	631.647,4
Iniciativa: 05 Apoiar a implantação e funcionamento dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher nos municípios									
5549 Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência.	1678 Implantação de centro especializado apoiada	UN	1	1	1	250.000	576.824	352.096,36	279.051,3
Total		UN	1	1	1	250.000	576.824	352.096,36	279.051,3
Iniciativa: 06 Realizar caravanas de enfrentamento à violência contra as mulheres.									
5550 Realização de Caravana de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	1679 Caravana de enfrentamento à violência realizada	UN	1	3	2	250.000	250.000	0,00	0,00
Total		UN	1	3	2	250.000	250.000	0,00	0,00

Unidade Orçamentária (UO): SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Programa: 211 MULHER CIDADÃ

Compromisso: 03 Promover a autonomia social e econômica da mulher

Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira			
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
Unidade Setorial de Planejamento (USP): ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO									

JK

Iniciativa: 02 Capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social										
5553 Capacitação Profissional de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social	1254 Evento de capacitação realizado	UN	1	2	2	610.000	1.267.665	242.274,82	158.393,8	
Total		UN	1	2	2	610.000	1.267.665	242.274,82	158.393,8	
Iniciativa: 04 Apoiar a implementação de projetos produtivos para inclusão socioeconômica de mulheres quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais.										
5557 Apoio Técnico-Financeiro na Implementação de Projetos Produtivos com Inclusão Socioeconômica de Mulheres	1682 Projeto com inclusão de mulheres apoiado	UN	1	2	1	100.000	503.063	166.325,41	156.675,5	
Total		UN	1	2	1	100.000	503.063	166.325,41	156.675,5	
Iniciativa: 06 Apoiar técnica e financeiramente projetos da sociedade civil e dos poderes públicos nas áreas social, econômica e cultural.										
5558 Apoio a Projeto de Empoderamento Social, Econômico e Cultural da Mulher	1683 Projeto de empoderamento da mulher apoiado	UN	1	1	1	608.000	2.188.254	984.120,81	705.584,1	
Total		UN	1	1	1	608.000	2.188.254	984.120,81	705.584,1	
Iniciativa: 15 Implantar espaço digital de qualificação profissional e intermediação para o trabalho voltado para mulheres										
5559 Implantação de Espaço Digital de Qualificação Profissional e Intermediação para o Trabalho	1684 Espaço digital implantado	UN	1	1	0	211.000	211.000	0,00	0,00	
Total		UN	1	1	0	211.000	211.000	0,00	0,00	

[Assinatura]

Unidade Orçamentária (UO): SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES										
Programa: 211 MULHER CIDADÃ										
Compromisso: 04 Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.										
Execução Física						Execução Orçamentária/Financeira				
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Concluído	Orçado Inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	
Unidade Setorial de Planejamento (USP): ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO E COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO										
Iniciativa: 02 Manter o funcionamento e as atividades do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres										
4675 Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM	1562 Conselho da mulher em funcionamento	UN	1	1	1	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	
Total		UN	1	1	1	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	
Iniciativa: 08 Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas interseções.										
5569 Realização de Estudo e Pesquisa Sobre a Realidade Socioeconômica da Mulher Baiana	0416 Estudo/pesquisa realizado	UN	6	6	6	422.000,00	100,00	0,00	0,00	
Total		UN	6	6	6	422.000,00	100,00	0,00	0,00	
Iniciativa: 11 Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres.										
5824 Realização de Evento de Promoção dos Direitos da Mulher	1692 Evento de direitos da mulher realizado	UN	47	47	5	1.000.000	1.403.228	402.833,27	402.833,2	
Total		UN	47	47	5	1.000.000	1.403.228	402.833,27	402.833,2	



Fonte: FIPLAN, CPG/AFG/SPM

NOTA EXPLICATIVA:

1. Realização do projeto Caravana Cravos e Rosas na Paz! Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher. A atividade conta com o apoio do Instituto Avon, e apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM). Camaçari foi a primeira cidade balana a receber o projeto. A programação aconteceu na Escola Professor Luís Rogério de Souza, e contou com as seguintes ações e atividades: fortalecimento do Comitê Municipal de Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher; reafirmação do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; apresentação do pré-diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher do município; duas oficinas de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina de fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher; uma oficina sobre a Lei Maria da Penha para Policiais e Bombeiros; uma roda de diálogo com o Conselho de Direitos da Mulher de Camaçari; oferecimento de serviços de saúde como testes de HIV/AIDS; e uma intervenção teatral.
2. Funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) Em 2016 ocorreram 07(sete) reuniões ordinárias. e participação das delegadas da Bahia na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, no mês de maio.

SA

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

Em R\$

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico			27	27	2.414.178,72
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal			27	27	2.414.178,72
Contratação direta					
Dispensa			67	67	234.569,83
Inexigibilidade	21	10		31	998.079,50
Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal	21	10	67	98	1.232.649,33
Total	21	10	94	125	3.646.828,05

Fonte: FIPLAN

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado
Contratos	27	1.979.987,81	458.831,73
Contratos de gestão			
Total	27	1.979.987,81	458.831,73

Fonte: FIPLAN

TABELA 11 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	22	1.474.278,87	903.186,17	2.233.766,83
Contratos de gestão				
Total	22	1.474.278,87	903.186,17	2.233.766,83

Fonte: FIPLAN

TABELA 12 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios		17		12.957.833,59		12.027.218,15
Outros Ajustes (5)						
Total						

Fonte: FIPLAN

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

Ao iniciar esta Gestão em 2015 verificamos, após um minucioso e necessário levantamento processual, a inexistência da adequada sistematização da Pasta de dados referentes aos convênios federais, ensejando, pois, um minucioso levantamento de todos os instrumentos pactuados com o propósito de constituir bases de informações mais consistentes para adoção dos procedimentos legais cabíveis.



TABELA 13 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	17	01	0	1.872.023,25	761.870,94	1.261.870,94
Outros Ajustes (5)						
Total	372.023,25	1.500.000,00	0	1.872.023,25	761.870,94	1.261.870,94

Fonte: FIPLAN

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 8 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	11
Em andamento (2)	0
Concluídas (3)	34

Fonte: FIPLAN e SICOF

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

Ao iniciar esta Gestão em 2015 verificamos, após um minucioso e necessário levantamento processual, a inexistência da adequada sistematização da Pasta de dados referentes aos convênios celebrados até o ano de 2013 entre o Estado da Bahia, por meio desta Secretaria com diversas entidades e municípios, ensejando, pois, um minucioso levantamento de todos os instrumentos pactuados com o propósito de constituir bases de informações mais consistentes para adoção dos procedimentos legais cabíveis. Com esse objetivo, fomos surpreendidos com um vasto contingente de instrumentos convencionais em situação de inadimplência e irregularidade, totalizando, assim, 73 (setenta e três) convênios nesta situação, no montante de R\$ 4.322.644,69 (quatro milhões trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), ressaltando que deste volume de recursos, houve a devolução para os cofres públicos no valor de R\$ 251.544,72 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos), após os procedimentos de fiscalização.



A partir daí, em primeira instância, efetuamos diversas diligências junto aos representantes legais das Entidades e Gestores dos Municípios, solicitando a prestação de contas e documentações contábeis complementares de cada ajuste firmado, até que fosse procedido o saneamento das pendências identificadas.

Apesar dos esforços desenvolvidos não obtivemos o êxito habilmente proposto acerca desta ação, razão pela qual a Titular desta Pasta mediante ato administrativo publicado no Diário Oficial do Estado instaurou as regulares **Tomadas de Contas Especial**, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 9.266/2004, bem como a Resolução TCE Nº 144/2013, providência esta que se estende até o presente exercício.

Quanto aos convenientes inadimplentes, esta Secretaria registrou a situação de inadimplência de cada entidade no sistema corporativo do Estado, SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos, destinado a tal finalidade, atendendo o que estabelece o Artigo 4º, inciso IX, da Resolução Nº 144/2013;

Ressaltamos que, em atendimento aos dispositivos elencados na Resolução nº 144/2013 – TCE, principalmente no art. 4º, § 2º, onde diz que o acompanhamento e fiscalização dos convênios e instrumentos congêneres deverão ser verificados estritamente a execução dos objetos e a regularidade das prestações de contas, a SPM, encaminhou ao Tribunal de Contas, no prazo legal, o demonstrativo dos convênios e instrumentos congêneres em vigência ou concluídos no prazo vigente, conforme Ofício SPM nº 009/2016 enviado à Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas – MPC/TCE-BA, atendimento ao Ofício GAPRE –TCE Nº 566/2016 e ao Ofício TCE Nº 024/2016, bem como o envio ao TCE do Demonstrativo Quadrimestral – período maio a agosto/2016.

Além disto, encaminhamos os Processos Administrativos de Tomada de Contas Especial, em cumprimento às Portarias Nº 050, 051, 052, 053, 055/2015, 007/2016 e 009/2016 autorizadas pela titular desta Pasta, para a PGE- Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com o Artigo 8º Parágrafo único da Resolução TCE Nº 144/2013.

Ocorre que, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, - PGE, através do NSAS- Nº 004/2016, retornou os referidos processos para esta Secretaria e se manifestou acerca dos 35 (trinta e cinco) processos administrativos de Tomada de Contas Especial,



oriundos desta Secretaria, ponderando os atos normativos, a exemplo de, Parecer nº PA-NPA-NCAD-ACN-MVC-03/2015, Portaria PGE nº 105, de 17 de agosto de 2016, Decreto Estadual nº 11.738/2009 e Portaria PGE nº 119/2011.

Face a manifestação da PGE, esta Secretaria encaminhou o expediente acima referenciado ao TCE – Tribunal de Contas do Estado da Bahia, através do processo administrativo nº 6270160009186, sendo protocolado no referido órgão através do número TCE/008716/2016 para conhecimento e emissão de parecer quanto aos procedimentos a serem adotados quanto aos Processos Administrativos de Tomadas de Contas Especial em pauta.

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias		2	1
Processos administrativos disciplinares			

Fonte:

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

TABELA 14 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Em R\$
				Saldo final
Bens de consumo	26.827,77	89.747,74	96.894,22	19.681,29
Bens permanentes	4.063.457,68	1.356.040,85	727.859,18	4.691.639,35
Total	4.090.285,45	1.445.788,59	824.753,40	4.771.320,64

Fonte: SIMPAS /SIAP/FIPLAN



TABELA 15 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

NÃO SE APLICA

Tipo de Imóvel	Situação						
	Saldo Inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Saldo final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

NÃO SE APLICA

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, tenham sido extraviados ou estão sem condições de uso.

Em 2016 foi realizado trimestralmente a contagem de itens do estoque, atualizadas as quantidades inventariadas, gerando relatórios no SIMPAS pelo módulo estoque, bem como o balancete de verificação do período e encaminhado para o setor financeiro para que fosse realizada a devida conciliação: Estoque X Financeiro.

Ao final do exercício de 2016 foi realizado o inventário anual de bens de consumo, onde a contagem de itens do estoque foi realizada pela comissão de inventário e, devidamente atualizada no SIMPAS, após a geração dos relatórios anuais pelo módulo de estoque, bem como o balancete de verificação anual. Estes foram encaminhados ao setor financeiro para que fosse realizada a conciliação e assim findada foi encaminhada para SAEB com os devidos saldos SIMPAS X FIPLAN devidamente equiparados.



QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

VIDE OBSERVAÇÃO ABAIXO

Situação geral ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar os bens que, por exemplo, estejam obsoletos ou não tenham sido localizados.

Em razão do trabalho da Comissão de Inventário de Bens Permanentes designados para o exercício de 2015 e 2016 conforme Portarias nºs 0048/2015 e 026/2016 encontrou-se as seguintes situações:

- 1- a maioria dos móveis encontrados não estão locados nas unidades correspondentes;
- 2- alguns bens sem as plaquetas de identificação;
- 3- no final do exercício de 2014 não foram lançados as divergências detectadas entre os sistemas FIPLAN X SIAP.

Diante das divergências de informações encontradas a referida comissão realizará em 2017 o levantamento físico de todos os bens patrimoniais pertencentes a Secretaria de Políticas para as Mulheres, tanto na sede quanto no interior do Estado, inclusive núcleos e delegacias de atendimento a mulher, bem como iniciar um processo de devolução de bens sem uso, colocar as plaquetas de identificação nos bens que estão sem número de tombamento.

Em 2015 e 2016 todos os bens permanentes que foram adquiridos foram devidamente lançados no SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio, tombados e devidamente conciliados com o sistema financeiro FIPLAN.

As diferenças encontradas referentes aos anos anteriores a 2015 estão sendo identificadas pelo setor financeiro juntamente com o setor de patrimônio para que no primeiro semestre de 2017 seja regularizada em relação ao tombamento, bem como a verificação física.



5 ÁREA DE PESSOAL

TABELA 16 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2015	2016
Servidores da UJ		
Estatutários		
Celetistas		
A disposição de outros órgãos		
Subtotal		
Outros		
REDA	10	08
Prestação de Serviço Temporário (PST)		
De outros órgãos à disposição da UJ	03	04
Subtotal	13	12
Total	13	12

Fonte: SIRH

TABELA 17 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2015	2016
Com vínculo		
Sem vínculo	34	34
Total	34	34

Fonte: SIRH

TABELA 18 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2015	2016	
Servidores	2.032.407,62	2.325.827,82	0,01%
REDA	222.541,15	291.684,97	31,07%
Total	2.524.948,77	2.617.512,79	3,66%

Fonte: SIRH x FIPLAN



QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	00
cargo comissionado	03
REDA	01
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	00
cargo comissionado	04
REDA	03
Disponibilização	
de outros órgãos	04
para outros órgãos	00
Aposentadoria	00

Fonte: SIRH

6 CONTROLE INTERNO

QUADRO 13 - Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.

Setor/Área abrangido	Natureza da auditoria

Fonte:

OBSERVAÇÃO: Com base na Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014 que modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, esta secretaria não foi contemplada com a criação da Coordenação de Controle Interno em conformidade com o Parágrafo único do artigo 24º



7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Acompanhamento das determinações/recomendações emitidas pelo TCE/BA

Determinações/recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Fonte:

Observação :

Em outubro de 2016 recebemos a equipe de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para desenvolver o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, contratos e convênios, conforme Ordem de Serviço N. SGA – 132/2016 e estamos aguardando o relatório de Auditoria do referido período para análise, posicionamento e cumprimento das recomendações do TCE –BA.

QUADRO 15 – Outras auditorias realizadas

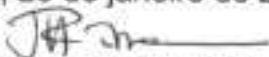
Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Trabalhos realizados por outros órgãos de controle			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Indicar o número ou nome do relatório.

Salvador, 20 de janeiro de 2017


Maria Olivia Santana
Secretária

Karla Ramos
Chefe de Gabinete
Matrícula 74.517.812-1
SPM